

EDITORIAL

TEMAS DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO NA ESTEIRA DA RECONSTRUÇÃO

Claudio Gurgel

Editor-chefe

A edição da EAS, que encerra o ano de 2023, reflete com exatidão a reconstrução do Estado levada a efeito, mas principalmente expressa o passo à frente da sociedade brasileira.

Esse passo à frente é, com o apoio das políticas públicas e agências do Estado, além obviamente dos agentes que tocam a produção privada, o avançar em busca do desenvolvimento – isto é, crescimento do produto e crescimento do acesso a esse produto, ao emprego e a expectativas positivas em relação ao futuro.

Os temas que ocupam essa edição tratam desse movimento que significa o objetivo mesmo da relação do Estado com a sociedade - esta o verdadeiro palco onde as coisas acontecem com toda a energia e realidade.

O primeiro dos artigos, intitulado *Arrecadação de Recursos das Entidades do Terceiro Setor na Região Sul do Brasil- Análise da Variável Contingencial Tecnologia*, trata da captação de recursos, aspecto vital de qualquer organização, e do papel que a tecnologia utilizada exerce na sensibilização das fontes de provimento desses recursos. Evidentemente que estamos envolvidos com uma das mais contemporâneas correntes do pensamento administrativo que é a chamada abordagem contingencial ou contingencialismo. Exatamente com um dos seus determinismos, o determinismo tecnológico, sabidamente representado por Joan Woodward, autora do clássico *Management and technology*.

A seguir, o artigo *Empreendedorismo social como alternativa à redução da pobreza e desigualdades sociais no contexto da sociedade brasileira*

contemporânea retoma uma discussão necessária. É a colocação em evidência de um dos mais graves problemas do capitalismo, já de há muito tempo apontado por grandes estudiosos, de Marx a Keynes: a pobreza e a desigualdade. Em rigor, essa chaga tem se agravado em todo mundo e infelizmente o Brasil não conseguiu criar um plano de desenvolvimento nacional que de fato combata esse processo de degradação da vida. Entre nós, as reformas que estenderam a terceirização à área fim, reduziram a fiscalização e enfraqueceram a justiça do trabalho, acabaram por facilitar a *uberização* e a *pejotização* dos “contratos” de emprego, acentuando mais ainda esse empobrecimento crescente e a extrema desigualdade entre ricos e pobres. O artigo sinaliza com uma possibilidade, entre muitas, que são os pequenos empreendimentos sociais, os quais alcançam os segmentos mais necessitados da sociedade. Bem poderiam fazer parte de um *plano de aceleração da distribuição da riqueza e da renda* que o governo atual está devendo aos brasileiros.

Continuando, o Leitor encontrará o texto *Ensino de filosofia e ética nos currículos de administração pública*. O título é autoexplicativo, mas sua proposta não é simples. Na verdade, quando se fala em administração pública, nos tempos atuais, as questões que ganham relevo estão associadas ao treinamento e à adoção das chamadas *melhores práticas*, de fundo privado. Entretanto, cada vez mais se demonstra que a ansiada eficiência está mais ligada a valores do que a técnicas, a despeito dessas últimas não serem dispensáveis. Ao contrário, devemos trata-las com atenção e principalmente com ética, colocando-a efetivamente a serviço do público. Veja-se por exemplo os Sistemas Eletrônicos de Informação, SEI, amplamente usados nas organizações, inclusive nas universidades brasileira. É um meio de, na aparência, simplificar e agilizar os processos administrativos. Mas, na falta de ética, eles se transformaram em meio de evitar o acesso direto e presencial dos usuários aos serviços; um veículo de criação de novas dificuldades operacionais para o atendimento das demandas públicas. Filosofia e ética na administração pública é mais que uma necessidade; é a sobrevivência mesma da administração pública, o caminho da recuperação do seu *valor público*.

Fechando a edição, temos o artigo intitulado *Políticas públicas e*

tecnologia assistiva no âmbito do trabalho no Brasil, texto que de certo modo dialoga com o anteriormente visto. Discute-se as condições necessárias para a inclusão de pessoas com deficiência, que por todos os motivos e com todas as razões precisam trabalhar. A tecnologia assistiva é um recurso que ajuda a enfrentar o *capacitismo*, distorção em que incorrem muitos gerentes ou dirigentes de organizações públicas e privadas, para quem o velho valor fayolista da aparência e postura corporais ainda é critério de seleção. O debate desse tema precisa estar continuamente pautado, como uma forma de alertar para a necessidade de combater esse desvio de avaliação do valor humano, no que a tecnologia assistida é uma importante aliada.

A revista Estudos de Administração e Sociedade, EAS, ao concluir o ano com sua edição atual, agradece aos que nos acompanham, aos autores, aos avaliadores, aos nossos leitores, e deseja a todas e todos, em meio a festas e alegria da chegada de um novo ano, boas leituras.